



CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL - PRESIDÊNCIA

RESOLUÇÃO DA PRESIDÊNCIA

RDP N° 03/2011

Estabelece modelo de “Contrato Especial de Trabalho Desportivo” a ser firmado entre entidades de prática desportiva de futebol (clubes) e atletas profissionais, para registro nas entidades de administração do desporto.

O Presidente da CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL,
no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

CONSIDERANDO a necessidade de adotar um modelo padrão de “Contrato Especial de Trabalho Desportivo” (CETD) para ajustar-se aos ditames reguladores das relações entre atletas profissionais e entidades de prática desportiva (clubes), estabelecidos na Lei nº 9.615/98, com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 12.395/11, assegurando-se à autonomia das partes o direito de nele incluir cláusulas extras, amoldadas às peculiaridades de cada pacto jus-trabalhista desportivo;

RESOLVE:

Art. 1º - As relações de trabalho entre atletas profissionais e entidade de prática desportiva (clubes) serão exclusiva e obrigatoriamente formalizadas mediante o uso de “Contrato Especial de Trabalho Desportivo”, conforme modelo em anexo, a ser levado a registro, por meio eletrônico, nas entidades competentes de administração desportiva.

Rua Victor Civita, 66 Bloco 1 - Edifício S, 5º andar - Barra da Tijuca - Rio de Janeiro, Brasil - CEP 22775-044
tel: 00 55 (21) 3572 1900 - fax: 00 55 (21) 3572 1990 - cbf@cbf.com.br





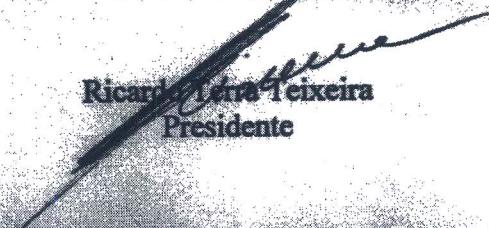
CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL - PRESIDÊNCIA

BRASIL

Art. 2º - Os instrumentos relativos ao antigo modelo padrão do "Contrato de Trabalho de Atleta Profissional" registrados nas entidades de administração, até a data do início da vigência desta Resolução, continuarão plenamente válidos e serão reconhecidos para todos os efeitos legais, até que se opere a sua extinção.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor 5 (cinco) dias após a sua publicação eletrônica no sítio da CBF.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 2011


Ricardo Teixeira
Presidente

Rua Victor Civita, 66 Bloco 1 • Edifício 5, 5º andar • Barra da Tijuca • Rio de Janeiro, Brasil • CEP 22775-044
tel: 00 55 (21) 3572 1900 • fax: 00 55 (21) 3572 1990 • cbf@cbf.com.br



CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO - CETD
De acordo com a Lei 9.615/98, alterada pela Lei 12.395/2011

Contrato N° _____

1. Contrato definitivo _____

2. Contrato de empréstimo _____

3.

4. Contrato origem nº _____

Cláusulas extras
Anexar formulário próprio

5 Inscrição	6 Nome	7 Apelido
-------------	--------	-----------

8 Carteira de Trabalho	9 CPF	10 Data de Nascimento
------------------------	-------	-----------------------

11 Clube	12 Federação
----------	--------------

13 N. do Clube na CBF	14 CNPJ do Clube
-----------------------	------------------

15 Vigência de:	16 Reajustes: Salário: R\$ _____	<input type="checkbox"/> Sim (Vide Cláusulas Extras) <input type="checkbox"/> Não
-----------------	-------------------------------------	---

17 Acréscimo Remuneratório: conforme cláusula extra facultativa ajustada e fixada de comum acordo pelas partes

18 Cláusula Indenizatória Desportiva	
Transferência Nacional:	Transferência Internacional:
<input type="checkbox"/> Valor Fixo: R\$ _____ ou <input type="checkbox"/> Vide Cláusulas Extras	Valor em: Moeda utilizada: <input type="checkbox"/> Vide Cláusulas Extras: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não * Vide esclarecimentos nas cláusulas gerais (verso do contrato)

19 Cláusula Compensatória Desportiva	
<input type="checkbox"/> Valor: R\$ _____	ou <input type="checkbox"/> Vide Cláusulas Extras

20 Intermediário: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Agente do Jogador ou Advogado: _____	Inscrição CBF ou OAB: _____
---	--------------------------------------	-----------------------------

Atesto para os devidos fins que o jogador encontra-se em boas condições de saúde física e mental, podendo exercer suas atividades profissionais.		
21 CRM: _____	22 CPF: _____	23 Data do Atestado _____
		24 Assinatura do Médico Atestante _____

25 Assinatura do Pai ou Responsável

26 CPF do Pai ou Responsável

OBSERVAÇÕES:

Na falta do pai podem assinar a mãe, o tutor, a pessoa que tenha obtido a delegação judicial do poder familiar ou a pessoa à quem tenha sido, judicialmente, confiada a guarda.

E por estarem justas e contratadas, nos termos das disposições supra, das CLÁUSULAS GERAIS impressas na 2a página deste contrato e das CLÁUSULAS EXTRAS integrantes deste instrumento, firmam o presente em 3 vias.

27 Cidade _____, _____ de _____ de _____

Preenchido de próprio punho pelo jogador no ato da assinatura

28 _____ Jogador

1ª via impressa - Atleta

29 _____ Presidente do Clube

2ª via impressa - Clube

CLÁUSULAS GERAIS DO CONTRATO ESPECIAL DE TRABALHO DESPORTIVO - CETD
De acordo com a Lei 9.615/98, alterada pela Lei. 12.395/2011

ATLETA:**CONTRATO:**

Pelo presente instrumento particular, as partes, CLUBE e JOGADOR, já qualificadas neste ato, firmam o presente Contrato Especial de Trabalho Desportivo, o qual será regido conjuntamente pelas Cláusulas Gerais abaixo especificadas e pelas Cláusulas Extras porventura ajustadas neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O JOGADOR se obriga a prestar os seus serviços profissionais, durante a vigência deste contrato, única e exclusivamente ao CLUBE.

CLÁUSULA SEGUNDA - São obrigações do JOGADOR:

- (a) Esforçar-se por conseguir o máximo de sua eficiência técnica;
- (b) Conservar sua capacidade física, observando rigorosamente, as instruções que lhe forem transmitidas pelo CLUBE;
- (c) Participar de qualquer exercício físico e treinamentos técnicos e táticos exigidos pelo CLUBE, assim como de todos os jogos oficiais e amistosos para os quais for escalado, dentro ou fora do país, obrigando-se, ainda, a dar o seu consentimento à FEDERAÇÃO à qual seja filiado seu CLUBE e à CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL, sempre que for convocado para treinamentos e jogos amistosos e oficiais, sem que possa reivindicar outras compensações além do salário estipulado neste contrato;
- (d) Não participar de quaisquer competições alheias ao CLUBE, salvo autorização prévia e expressa de seu CLUBE;
- (e) Comunicar ao CLUBE, por escrito, dentro das 48 horas (quarenta e oito horas) seguintes, quando não identificadas imediatamente, as lesões ou contusões sofridas em decorrência de ato ou evento de sua exclusiva responsabilidade, desvinculado da atividade desportiva;
- (f) Preservar suas condições físicas e atléticas de modo a que lhe permita participar das competições;
- (g) Zelar por se manter, durante toda a duração do prazo contratual, nas melhores condições físicas necessárias para a prática desportiva;
- (h) Atuar por qualquer equipe ou time do CLUBE na posição em que for escalado;
- (i) Conduzir sua vida extraprofissional de modo a preservar suas condições físicas para as competições, abstendo-se de comportamentos que possam prejudicar o seu rendimento competitivo-desportivo;
- (j) Obedecer e cumprir fielmente as disposições da legislação desportiva e obrigações decorrentes deste contrato, dos estatutos e dos regulamentos do CLUBE e das entidades superiores às quais ele estiver filiado;
- (k) Utilizar obrigatoriamente, em jogos e treinamentos, o uniforme determinado pelo CLUBE;
- (l) Manter em campo conduta correta e disciplinada, obedecendo aos dirigentes, médicos, técnicos e auxiliares especializados do CLUBE, em suas deliberações, acatando as decisões dos árbitros, os regulamentos e disposições em vigor, respeitando o público, os companheiros e os jogadores adversários.
- (m) Abster-se de ingerir ou utilizar medicamentos, suplementos ou qualquer substância química, sem a prévia consulta e autorização do CLUBE.

CLÁUSULA TERCEIRA - São obrigações do CLUBE:

- (a) Proporcionar ao JOGADOR boas condições de higiene e segurança no trabalho;
- (b) Prestar-lhe assistência médica e odontológica nos casos de acidente durante os treinamentos ou jogos, ou nos horários em que esteja à sua disposição;
- (c) Pagar-lhe o salário fixo ou variável, nos termos deste contrato e dentro dos prazos legais;
- (d) Pagar todas as despesas nos períodos de concentração, bem como durante as excursões, incluindo-se as despesas relacionadas à viagem, hospedagem e alimentação;
- (e) Contratar seguro de vida e de acidentes pessoais, vinculado à atividade desportiva, com o objetivo de cobrir os riscos a que o JOGADOR está sujeito, nos termos do artigo 45, da Lei 9.615/1998, alterada pela Lei 12.395/2011.

CLÁUSULA QUARTA – Ficando o JOGADOR impedido de atuar por motivo de sua exclusiva responsabilidade e desvinculado da atividade profissional, ficará o CLUBE dispensado do pagamento dos salários durante o impedimento, nos termos do §7º do artigo 28 da Lei 9.615/1998, alterada pela Lei 12.395/2011.

CLÁUSULA QUINTA - Na forma do §7º do artigo 28 da Lei 9.615/98, alterada pela Lei 12.395/2011, o CLUBE poderá suspender o presente contrato, ficando dispensado do pagamento da remuneração neste período, quando o JOGADOR for impedido de atuar, por prazo ininterrupto superior a 90 (noventa) dias, em decorrência de ato ou evento de sua exclusiva responsabilidade, desvinculado da atividade profissional. Na forma do §8º do artigo 28 da Lei 9.615/98, alterada pela Lei 12.395/2011, as partes deverão fazer constar das CLÁUSULAS EXTRAS, cláusula expressa regulando a prorrogação automática deste contrato na hipótese de ocorrência da suspensão contratual prevista no § 7º do mesmo artigo.

CLÁUSULA SEXTA - As infrações ao presente contrato, por parte do JOGADOR, serão passíveis da aplicação das penalidades previstas na legislação trabalhista e/ou do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA SÉTIMA - No caso do CLUBE ficar impedido temporariamente de participar de competições, por infração disciplinar ou licença, nenhum prejuízo poderá advir ao jogador, que terá assegurada sua remuneração contratual. No caso do impedimento ser definitivo, inclusive por desfiliação do CLUBE, dar-se-á a dissolução do contrato com as consequências previstas na legislação trabalhista.

CLÁUSULA OITAVA - As partes contratantes reconhecem a FEDERAÇÃO a que o CLUBE estiver filiado e a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL como entidades superiores, cujos estatutos, normas e regulamentos declararam conhecer e obrigar-se a respeitar, como parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA NONA - Nos termos do artigo 28, inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei 9.615/98, alterada pela Lei 12.395/2011, deverá constar do presente contrato, Cláusula Indenizatória Desportiva, devida pelo JOGADOR em favor do CLUBE, para as hipóteses de transferência do JOGADOR para outra equipe, nacional ou estrangeira, durante a vigência deste contrato, ou, por ocasião do retorno do JOGADOR às atividades profissionais em outra entidade de prática desportiva (clube), no prazo de até 30 (trinta) meses. Nos termos do artigo 28, §1º da citada Lei, a Cláusula Indenizatória Desportiva, para transferências nacionais, deverá ser estipulada até o limite máximo de 2.000 (duas mil) vezes o valor médio do salário contratual (inciso I), não havendo limitação para as hipóteses de transferências internacionais (inciso II). Quando, em conformidade com o § 1º do art.40 da Lei 9615/98, será facultada a estipulação do respectivo valor em moeda estrangeira, a ser sempre liquidada em moeda corrente nacional (Reais). Nos termos do artigo 28, § 2º, da Lei 9.615/98, alterada pela Lei 12.395/2011, são solidariamente responsáveis pelo pagamento da Cláusula Indenizatória Desportiva de que trata o inciso I do mesmo artigo, o JOGADOR e a nova entidade de prática desportiva empregadora (novo clube).

CLÁUSULA DÉCIMA - Nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 9.615/98, alterada pela Lei 12.395/2011, deverá constar do presente contrato Cláusula Compensatória Desportiva, devida pelo CLUBE ao JOGADOR, para as hipóteses de rescisão decorrente do inadimplemento salarial de responsabilidade do CLUBE, nos termos da Lei 9.615/98 (§5º, inciso III, do artigo 28), com a rescisão indireta, nas demais hipóteses previstas na legislação trabalhista (§5º, inciso IV, do artigo 28), e com a dispensa imotivada do JOGADOR (§5º, inciso V, do artigo 28). Nos termos do artigo 28, §3º, da Lei 9.615/98, o valor da Cláusula Compensatória Desportiva será livremente pactuado entre as partes e formalizado neste contrato, observando-se, como limite máximo, 400 (quatrocentas) vezes o valor do salário mensal no momento da rescisão e, como limite mínimo, o valor total de salários mensais a que teria direito o JOGADOR até o término deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As partes contratantes reconhecem expressamente que a relação contratual laboral estabelecida entre ambas é submetida a regime jurídico especial, aplicando-se ao JOGADOR profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da segurança social, ressalvadas as peculiaridades constantes deste contrato e da Lei 9.615/98, alterada pela Lei 12.395/2011.

Jogador

1ª via impressa - Atleta

Presidente do Clube

2ª via impressa - Clube

CLÁUSULAS EXTRAS. UTILIZAR QUANTAS FOLHAS FOREM NECESSÁRIAS.

13 Assinatura do Pai ou Responsável

14 CPF do Pai ou Responsável

OBSERVAÇÕES

Na falta do pai podem assinar a mãe, o tutor, a pessoa que tenha obtido a delegação judicial do poder familiar ou a pessoa a quem tenha sido, judicialmente, confiada a guarda.

E por estarem assim justas e contratadas com as CLÁUSULAS CONTRATUAIS impressas no verso deste contrato firmam o presente em

15 Cidade _____ , _____ de _____ de _____

Preenchido de próprio punho pelo jogador no ato da assinatura.

16

JOGADOR

17 PRESIDENTE DO CLUBE

1^a via impressa - Atleta

**18 PRESIDENTE DO CLUBE CEDENTE
(CONCORDÂNCIA)**

2^a via impressa - Clube